



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 56**

Sessão Ordinária de Fevereiro

4.ª Reunião de 14-03-2008

Aos catorze dias do mês de Março de dois mil e oito, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Baptista dos Santos e Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, António Bastos Marques Rodrigues, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 20:30 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:  
João António Fernandes Pedroso.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Marília Fernanda Correia Martins, Nuno Manuel Marques Pereira e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 22:30 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Joaquim Manuel Silva Marques, José da Cruz Costa, António Manuel Carvalho Serra Granjeia e Arsélio Almeida Martins pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, António Bastos Marques Rodrigues, Diogo Manuel Santos Soares Machado e Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

**PONTO 5. – REGULAMENTO DE PUBLICIDADE, PROPAGANDA E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO CONCELHO DE AVEIRO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 17/12/2007, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

O Presidente da Câmara delegou no Vereador Caetano Alves a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Da Câmara Municipal

Vereador Caetano Alves <sup>15</sup>

(Entrou na Sala o Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa <sup>16</sup>

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>16</sup>

*“Quería colocar apenas algumas preocupações ao Senhor Presidente da Câmara, que pela voz do Senhor Vereador nos contou que este documento foi elaborado pelo seu Gabinete Jurídico. E não sendo da minha área, mas sendo da preocupação de tudo e de todos, e tendo nós algum conhecimento sobre se alguns sectores da actividade que intervêm e que carecem desta área publicitária e que têm particularidades, se foram tidas em atenção, nomeadamente, os regulamentos de posturas publicitárias por parte das ordens de profissionais?*

*Por outro lado, questionar sobre se porventura a autarquia, ela própria, tem, sem que seja decretado por órgão jurisdicional e de soberania, poder para a destruição/demolição de qualquer acto que porventura, ou qualquer regulamento que a Câmara possua. Isto é, não usurpará o município poderes que estão conferidos a outros órgãos de soberania?*

*Estas são questões que queria colocar ao Senhor Presidente da Câmara, por forma a que não seja pior a aceitar tudo de bom por parte, apenas e só, do seu Gabinete Jurídico — já que eu próprio tenho algumas dúvidas, e não sou eu só, mas muitos munícipes de Aveiro, que têm múltiplos sentidos de falta de responsabilidade, falta de algum acautelamento, por parte do Gabinete Jurídico.*

*Não sei se não seria avisado ter também alguma cautela na apresentação destas coisas.”*

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>16</sup>

*“Sendo considerados espaços públicos, as áreas dentro do território urbano tradicional e de uso comum de todos, portanto de posse colectiva e pertença do Poder Público, importa regulamentar o seu uso sem nunca arredar a liberdade total de tudo aquilo que seja do interesse expresso dos cidadãos: zonas de lazer, associações, partidos políticos, actividades culturais e desportivas não profissionais, etc.*

*Em Portugal, frequentes vezes e durante obras de restauro de monumentos chega-se ao descaramento de se taparem monumentos não com imagem relacionada mas, com anúncios publicitários, por vezes, pasme-se, até com imagens de publicidade a bebidas alcoólicas!*

*Não raramente, são cometidas várias atrocidades ao Espaço Público, tal como, o corte de árvores centenárias que estorvam ao colonialismo do betão, a construção sem lugar para espaços verdes, a monstruosidade em volumetria de edifícios de enquadramento desajustado, a colocação de sinalética e postes de iluminação, impedindo a circulação de deficientes e, nalguns casos até dos vulgares cidadãos, a falta de ordenamento do trânsito. A cidade de S. Paulo, no Brasil, banuiu toda a publicidade, devolvendo a paisagem urbana aos seus cidadãos e visitantes.*

*Façamos, no mínimo, aquilo que o Ayuntamiento de Madrid aplicou na cidade: reduzir, drasticamente a publicidade, nomeadamente a luminosa!*

*Não se trata de fundamentalismo contra a publicidade mas, tão só, regulamentar e reduzir, bastante, a ocupação do referido Espaço Público, com regulamentação rigorosa e não como forma de obter receitas.*

*É inadmissível a atitude política de vender o Espaço Público, e de forma anárquica à visualmente poluente publicidade. Por isso, chamo a atenção do Executivo, para as seguintes questões específicas:*

*Está prevista a isenção das associações de utilidade pública (?)... pelo menos;*

*Qual o espaço considerado público?*

*Direitos e sua utilização pelos cidadãos — deve haver espaço para uso dos cidadãos;*

*Propaganda política partidária; deve ter igual tratamento à propaganda de espaço público para cidadãos. É caso para perguntar: que é feito da grande militância dos grandes Partidos como o PS e PSD?"*

Presidente da Mesa <sup>62</sup>

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>63</sup>

*“Eu vou ser muito breve, porque da avaliação deste regulamento, parece minucioso no entanto ressaltam aqui algumas preocupações, nomeadamente no que diz respeito à colocação de publicidade junto de monumentos nacionais ou mesmo até do edificado no inventário municipal de Aveiro, parece-nos desajustado mas não encontro dentro do regulamento, nenhum impedimento para uma situação deste tipo, que pode de certa maneira colidir quer com o monumento em si, quer com o edificado inventariado.*

*Outra questão que me parece importante e que eu penso que em termos de avaliação do pormenor da colocação da publicidade ou em fachadas de edifícios ou em coberturas, tendo em conta que essas fachadas de edifícios ou essas coberturas pertencem a praças, acho que uma situação destas e uma análise deste tipo, deveria ser acompanhada do alçado todo à praça e não só da parte da colocação da publicidade, bem como da própria planta de toda a praça, no sentido de uma melhor averiguação do feito da publicidade - para o caso da planta da publicidade em cobertura, perante o resto do edificado na referida praça.*

*Por último, referindo-me aos materiais a utilizar, são de extrema importância no que respeita a suportes publicitários luminosos - é de extrema importância que se privilegie, o económico em detrimento do actual gasto de energia. Aliás é uma situação que de certa maneira está contemplada no regulamento. No entanto a situação de colocação de painéis luminosos ou de qualquer suporte publicitário luminoso abastecido de energia através por exemplo de painéis fotovoltaicos ou até eólicos, quem sabe se não se poderá aproveitar uma ventoinha de produção de energia para um efeito publicitário.*

*Uma prerrogativa deste tipo e a aplicação deste tipo de energia, deveria ser dado um sinal pela autarquia de generosidade na aplicação de uma taxa inferior à taxa normal para aplicação dos suportes publicitários luminosos com gasto de energia normal (da actual).”*

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>02</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>010</sup>

*“Muito brevemente só para dizermos que é bom que o concelho de Aveiro tenha este regulamento. É importante, por isso louva-se a iniciativa da Câmara Municipal de Aveiro em o trazer aqui para a sua discussão e aprovação.*

*É um documento muito extenso, com certeza que poderá eventualmente ter lacunas e isso, só a sua implementação é que o poderá dizer.*

*E por isso, aquilo que nós sugeríamos - e seguindo outras sugestões, já que temos feito à implementação de outros regulamentos, é que houvesse uma avaliação passado algum tempo, com um prazo de seis meses, para poder vir a esta Assembleia, por quem de direito, possa informar esta Assembleia da sua aplicação e eventualmente de algumas lacunas que possa ter ou de alguns assuntos que possam ser melhorados.*

*E a este propósito gostaríamos - e uma vez que também temos aqui presente o Relatório da Actividade da Assembleia Municipal do ano 2007, faz exactamente um ano que aprovámos o Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho de Aveiro.*

*Nesta altura tínhamos proposto, informalmente à Câmara Municipal de Aveiro que nos fizesse chegar reflexões quanto à implementação desse outro regulamento. Por isso, aproveitamos também esta oportunidade que estamos aqui a discutir um outro regulamento, que realmente se lembre que houve essa recomendação por parte da Assembleia Municipal acerca dessa implementação.”*

(Entrou na Sala o Vogal Carlos Eduardo Maria Martins)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>011</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>012</sup>

#### Da Câmara Municipal

Vereador Caetano Alves <sup>013</sup>

(Entrou na sala o Vogal Sergio Filipe Pires Loureiro)

#### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa <sup>014</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>015</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>016</sup>

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>017</sup>

*“Queria sugerir ao Sr. Presidente da Câmara, que solicitasse aos colaboradores do Gabinete Jurídico que apensasse ou anexasse todos os documentos das ordens profissionais por forma a regular este regulamento sobre esse aspecto particular — porque basta percorrer trezentos metros desta cidade para ver a desregulação total e absoluta que existe.*

*No que concerne ao documento no seu aspecto coercivo, e onde a forma pode eventualmente vir a utilizá-lo, apenas sobrecarregará o sistema de justiça, quero crer. Porque não resolve o problema do conflito de competências entre o órgão de soberania jurisdicional, porque a Câmara não é jurisdicional.*

*E sobre esse aspecto, quero eu crer, que serve apenas para entupir ainda mais um sistema precário que põe em causa o Estado de Direito. E a Câmara, deve ter, sobre esse aspecto,*

*alguma cautela. Essa é a minha preocupação de não ver neste aspecto e neste regulamento um critério positivo, contributivo, e que seja assumido por todos. Tal como Lukács nos fala da sua ética e da sua estética — e que é necessário para isso Sr. Presidente, que haja uma ideia de cidade. Já o interroguei várias vezes sobre esta matéria. Estou pacientemente à espera que V/ Exa., apresente uma ideia estética também a propósito deste regulamento para a cidade de Aveiro. Não basta apenas servirmo-nos de elementos coercivos, sejamos também misericordiosos.”*

**Se Seguida, a Presidente da Mesa<sup>018</sup>, colocou à votação o ponto n.º 5 - Regulamento de Publicidade, Propagada e Ocupação do Espaço Público do Concelho de Aveiro – Discussão e Votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e oito votos a favor (17PSD+7CDS+13PS+1PCP), e duas abstenções (1PSD+1BE).**

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) <sup>019</sup>

*“A minha declaração de voto tem a ver com o seguinte: eu não sou contra a regulamentação do tipo de publicidade. Contudo, numa perspectiva um pouco mais utópica, eu sou plenamente contra o lixo urbano — e considero sempre a publicidade um lixo urbano. A publicidade funciona sempre no sentido contrário. Inverso, portanto, à qualificação do espaço público e por isso esta minha declaração de voto.*

*Gostaria só de referir o seguinte: temos falado muito aqui de estética. Na última sessão o Dr. Capão Filipe falou em estética. Hoje aqui falou-se muito em estética, o Dr. Miguel Fernandes tem um conceito de estética, e eu gostaria de dizer que estética é uma filosofia, faz parte da filosofia sendo uma disciplina autónoma desde o período iluminado.*

*Portanto, nós temos usado a estética no sentido mais banal do termo. Estético é discutível! Grandes filósofos se pronunciaram sobre esta disciplina.”*

## **PONTO 6. – PLANO INTERMUNICIPAL DE ORDENAMENTO DA RIA DE AVEIRO – UNIR@RIA APRECIÇÃO.**

*(A documentação sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

Presidente da Mesa <sup>020</sup>

### Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos <sup>021</sup>

*“Senhor Presidente da Câmara, Senhora Presidente da Mesa, Senhores deputados. É com muito gosto que vou falar deste O Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro – Unir@Ria, que constitui um instrumento estratégico de desenvolvimento territorial, que assegura a articulação entre o planeamento de âmbito regional e os planos municipais de ordenamento do território, cujo estudo se reporta à área territorial e envolvente próxima da Ria de Aveiro.*

*O Plano UNIR@RIA é um plano da responsabilidade directa da Associação dos Municípios da Ria – AMRIA*

*A sua área corresponde ao contínuo territorial da Ria de Aveiro e áreas de contacto lagunar abrangendo uma faixa de aproximadamente 2 km de largura, abrange 50 Freguesias limítrofes e, parcialmente 10 concelhos e um total de 333.144 Habitantes.*

Teve início oficial no ano 2000, por deliberação do Conselho de Administração da Associação dos Municípios da Ria, de 15 de Junho e a elaboração do Plano foi iniciada em 2001, constituindo-se a respectiva Comissão Técnica de Acompanhamento, constituída por 9 entidades; DGOT; CCDRC; INAG; IPTM, APA; etc.

O Plano surge da necessidade de intervenção/ reabilitação e preservação da Ria de Aveiro. Foi objecto das consultas e pareceres técnicos obrigatórios; foi objecto de dois períodos de discussão pública - de 16 de Maio a 20 de Julho de 2005 e de 4 a 17 de Janeiro de 2007, cujos resultados foram ponderados pelo Conselho de Administração da AMRIA em 7 de Março de 2007. Está agora, nos termos da lei na fase de audição de todas as Assembleias Municipais para posterior aprovação pela Assembleia Intermunicipal da AMRIA.

O que é que consubstancia o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro Unir@ria? De acordo com o relatório do plano: «O presente Plano Intermunicipal de Ordenamento... surge da necessidade de estabelecer orientações integradas para o território envolvente ao sistema territorial da Ria de Aveiro e o seu prolongamento natural através da bacia hidrográfica do Vouga até a Pateira de Fermentelos e ao rio Cértima».

Trata-se de um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que visa a articulação entre áreas territoriais que pela sua interdependência necessitam de uma coordenação integrada. Neste âmbito o UNIR@RIA identificará e ponderará “os planos, programas e projectos com incidência na Área de Intervenção, assegurando as necessárias compatibilizações”.

Constitui ainda objectivo do UNIR@RIA a “articulação das estratégias dos Municípios envolvidos, nos domínios do desenvolvimento económico e social, da protecção e qualificação ambiental, da distribuição territorial de actividades e infra-estruturas da racionalização do povoamento e do acesso a equipamentos estruturantes”.

O Plano tem como objectivo global a qualificação e desenvolvimento sustentável da Ria de Aveiro e território envolvente e define 3 eixos estratégicos e os respectivos objectivos:

**1 - A RIA ENQUANTO ESPAÇO NATURAL PRIVILEGIADO – UM AMBIENTE E UMA**

**PAISAGEM A PRESERVAR:**

- Protecção do ambiente e dos recursos naturais;
- Ordenamento da ocupação urbana e qualificação da paisagem;
- Renaturalização de áreas degradadas;
- Educação ambiental;
- Minimização e prevenção dos impactes das actividades económicas.

**2- A RIA ENQUANTO ESPAÇO SOCIO-ECONÓMICO – UM CONJUNTO DE ACTIVIDADES A COMPATIBILIZAR:**

- Dinamização do sector do turismo;
- Reconversão do sector agrícola;
- Promoção das actividades tradicionais e de actividades compatíveis com a conservação da natureza;
- Melhoramento das acessibilidades;
- Melhoramento das infra-estruturas de saneamento básico.

**3- A RIA ENQUANTO ESPAÇO INTEGRAL E COESO – UM TERRITÓRIO A GERIR COMO UM TODO:**

- Criação de uma entidade gestora da Ria;
- Gestão integrada do Território;
- Promoção do acesso à informação.

Nos objectivos que foram referidos enquadram-se os projectos municipais, para os quais foram elaboradas as respectivas fichas individuais e a listagem para o pré-programa de financiamento com análise do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, para enquadramento dos mesmos nos eixos prioritários.

*Na selecção das medidas, dos diversos Programas de Financiamento foram considerados os seguintes critérios:*

- 1. As características dos projectos a candidatar,*
- 2. Os beneficiários / destinatários de cada um dos eixos,*
- 3. A Contribuição para os Objectivos Estratégicos do Plano.*

*Podemos ver os eixos prioritários em termos de ordenamento do território que são cerca de 109 projectos municipais. Constituindo-se como um importante instrumento estratégico, ao enquadrar a iniciativa municipal numa visão intermunicipal, o Plano sugere as acções a promover, discriminadas para cada um dos Objectivos Estratégicos, enquanto base de reflexão e futuro desenvolvimento de projectos intermunicipais específicos, com vista a colmatar eventuais deficiências estratégicas municipais.*

*Assim, as 13 propostas estruturantes propostas pelo UNIR@RIA devem ser enquadradas enquanto acções territoriais estratégicas, complementares e integradoras do “conglomerado” dos Projectos Municipais e são as seguintes:*

- 1 - Vias de Interesse Paisagístico;*
- 2 - Vias Ecológicas Cicláveis;*
- 3 - “Portas da Ria” (Em Aveiro, no esteiro de S. Pedro, junto à Universidade);*
- 4 -Instalações de Recreio Náutico;*
- 5 -Unidades Turísticas Especiais;*
- 6 -Infra-Estruturas Ribeirinhas Existentes;*
- 7 -Parques Ribeirinhos;*
- 8 -Qualificação das Praias Fluviais;*
- 9 -Zonas de Estadia;*
- 10 -Ancoradouros e Ligações Fluviais;*
- 11- Previsão de Parques de Estacionamento Automóvel;*
- 12 -Projectos Pontuais Estruturantes;*
- 13-Reforço das Ligações Viárias Transversais.*

*Finalmente, o modelo territorial do plano intermunicipal de ordenamento da ria de Aveiro – UNIR@RIA integra 12 unidades operativas de planeamento:*

- UOP 1 – Ovar/Pardilhó;*
- UOP 2 – Torreira;*
- UOP 3 – Murtosa/Veiros;*
- UOP 4 – São Jacinto;*
- UOP 5 – Laguna Central;*
- UOP 6 – Barra/Costa Nova;*
- UOP 7 – Aveiro/ Ílhavo;*
- UOP 8 - Angeja/Eirol;*
- UOP 9 – Vagueira;*
- UOP 10 - Vagos;*
- UOP 11 – Fermentelos/Oliveira do Bairro;*
- UOP 12 – Praia de Mira*

*Senhores deputados, achei que havia duas formas de fazer isto: ou dar papel ou demonstrar aos senhores deputados o que nós temos, os elementos que nos foram chegados pela AMRia. Ficamos ao vosso dispor. Muito Obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa [023](#)



Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>023</sup>

*“Conhecemos agora o Relatório Final do UNIR@RIA (Plano Intermunicipal da Ria), inicialmente designado por PIORA.*

*Estamos perante um instrumento de planeamento estratégico que não vincula juridicamente os particulares mas apenas as entidades públicas.*

*É o instrumento de desenvolvimento territorial que assegura a articulação entre o plano regional e os planos municipais de ordenamento do território, no caso de áreas territoriais que, pela interdependência dos seus elementos estruturantes, necessitam de uma coordenação integrada.*

*O UNIR@RIA visa articular as estratégias de desenvolvimento dos 10 municípios envolvidos em diversos domínios, cujo elo se circunscreve ao contínuo aquático da laguna aveirense, sendo o objectivo primeiro a qualificação e desenvolvimento sustentável da Ria de Aveiro e do território imediato com 2 km de largura desde o domínio público hídrico.*

*Eixos estratégicos de desenvolvimento que consubstanciam o UNIR@RIA, a saber:*

- 1. A Ria enquanto espaço natural – uma paisagem a preservar;*
- 2. A Ria enquanto espaço socioeconómico dinâmico – um conjunto de actividades a compatibilizar;*
- 3. A Ria enquanto espaço integral coeso – um território a gerir como um todo.*

*O UNIR@RIA é um plano virtuoso porquanto permitiu, numa lógica global e globalizante, agarrar esse elemento natural unificador e estudá-lo, caracterizando e diagnosticando, consubstanciando-se numa proposta de modelo estratégico de actuação, por definição de objectivos, de medidas e acções a implementar.*

*O Plano Intermunicipal da Ria é, será, indubitavelmente, uma ferramenta de planeamento fundamental e inestimável de gestão integrada da laguna. Poderia porventura ter sido um pouco mais ambicioso relativamente a alguns pormenores, mas este instrumento não é, não deve ser estanque e, portanto, a todo o momento poderá ser aditado, enriquecido e complementado. Encaramos o UNIR@RIA como um excelente ponto de partida.*

*Recentemente o Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Francisco Nunes Correia ordenou a elaboração de uma “proposta de plano estratégico” para a requalificação e valorização da Ria de Aveiro, que deverá ser entregue até Junho do presente ano.*

*Parece ter havido inteiro desconhecimento do trabalho já realizado pelos 10 municípios, conduzido através da AMRIA e formalizado no Plano Intermunicipal da Ria que agora apreciamos.*

*Não sabemos se se trata efectivamente de desconhecimento ou de premeditação, pois o trabalho está feito e dará muito jeito, pois apenas levará outra roupagem e outro rótulo. De facto, a Comissão Instaladora da Administração da Região Hidrográfica do Centro terá o trabalho facilitado para a elaboração do dito “Plano Estratégico”.*

*De resto, consideramos que o anunciado Polis da Ria não será mais que um “copy paste” do UNIR@RIA, levando-o a uma escala de execução. Concluído que está este Plano não se vislumbra a necessidade de mais estudos. Tudo o mais serão estudos sobre estudos. A verdade é que os mesmos representarão apenas o protelamento atávico de uma intervenção na Ria de Aveiro.*

*Seria muito mais importante e mais profícuo intervir imediatamente em pontos nevrálgicos já amplamente discutidos, diagnosticados e divulgados. Urge tomar medidas concretas para salvar a ria.*

*Encontramos nas várias unidades operativas do UNIR@RIA vários projectos municipais, muitos deles já executados, outros em desenvolvimento e ainda outros que se perspectivam*



de difícil implementação, tais são os constrangimentos físicos, económicos, sociais, ambientais, jurídicos e burocráticos.

Este espaço de debate não tem por objectivo, nem por incumbência a discussão de pormenores técnicos. Por um lado, não é o tempo adequado, por outro, seria necessária uma abordagem mais rigorosa, incompatível com o tempo de que dispomos nesta Assembleia. Além disso, estamos certos que a Comissão Técnica de Acompanhamento, através dos representantes das entidades envolvidas, dos técnicos municipais e da equipe técnica que produziu o documento empenhadamente, soube propor o melhor para a Ria. Contudo, em consciência não poderíamos deixar de referir que, para além do véu quase imaculado, descortinamos alguns apontamentos que, por não estarem devidamente clarificados e quantificados, indiciam que fica em aberto a possibilidade de ferir de morte todos os fundamentos que presidem à elaboração do UNIR@RIA, podendo mesmo desacreditar todo o processo. Não nos encontramos pois disponíveis para passar um cheque em branco à possibilidade deste Plano se tornar num veículo para atingir um fim que se encontra velado e dissimulado, um mega projecto de ambição desmedida, que extravasa grandemente a relação de equilíbrio entre enquadramento ambiental e actuação humana. Salvaguardado o anteriormente referido, somos a nobilitar o conteúdo técnico deste importante documento de âmbito intermunicipal, que Aveiro saberá utilizar bem.”

Vogal Carlos Candal (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>824</sup>

“Muitas vezes não gosto das intervenções do deputado Anes porque são muito técnicas - fala muitas vezes arquitetez, mas não foi o caso.

Quanto à história do Ministro do Ambiente, é preciso estar atento. Porque não penso que seja ignorância ou por maldade, é que o homem é meio belhelhas e, portanto, não sei bem: - melhorar isto? Bem, o problema é que este documento é bom demais! Quer melhorar? Bem, só que a pretexto de melhorar pode haver uma intervenção, restritiva e subversiva; - eu não tenho preparação, nem sei que haja aqui quem tenha. Isto é pluridisciplinar, não tenho formação para julgar bem, bem, este documento, mas parece-me bem — pelo contrário, parece-me excessivo, isto é: - estamos à espera há algum tempo, haverá aqui alguém que sabe que eu logo a seguir ao 25 de Abril, em diversos sítios e circunstâncias, defendi o estudo da problemática da Ria, nesta alternativa: ou a Ria é um vazadouro (porque é e era pensável que fosse assim), é um vazadouro (poupa-se muito dinheiro com isso), ou então a Ria tem mérito, deve ser preservada e defendida. Então preserve-se e defenda-se; que é o meu ponto de vista. Mas a outra hipótese é uma alternativa, teórica, económica.

Eu não sei quanto tempo é que isso... quer dizer, este Plano é bom demais; desde setenta e cinco, praticamente eu não me pronunciava sobre a Ria, pensava, mas não me pronunciava: - quanto tempo mais é que se vai demorar a intervir?

Hoje, há aí um jornal de Aveiro que tem um boneco com os diferentes feitios da Ria e da boca da barra. Se calhar quando isto começar a ser implementado já não há Ria ou a Ria está em Mira — a Barra já não é possível porque a Barra é artificial e dali não sai.

Mas há uma outra Ria, que já no outro dia citei aqui, quando o José Estêvão Coelho de Magalhães foi fazer campanha eleitoral a Vagos, foi de barco. Agora não é possível ir de barco de Aveiro a Vagos! A Ria está a ser assoreada em muitos sítios. Eu já fui de barco até Ovar (mas com dificuldades e estudando as marés), para ir na maré-cheia e vir na maré-cheia. É tudo muito complicado. Há ali uns atravessamentos na Ria que permite vir da Pousada da Ria para aqui (não sei os termos), mas para aqui para o canal de Mira está tudo impraticável.

*E o dinheiro? É evidente e já disse isso várias vezes (e acabo sempre por me repetir), eu e toda a gente, as críticas que eu faço à Câmara são no sentido da inoperância naquilo que não custa dinheiro.*

*Estudar, planear, propor e sugerir - depois foi-me dito pelo Sr. Vereador do “Money” que não é assim: tudo custa dinheiro. E eu sei que sim. Para este Plano não sei quantos, custou, deve ter custado dinheiro, e foi bem custado, porque é uma coisa pelo menos estudada, analisada, esquematizada; parece que sim.*

*Bem, mas não custou muito dinheiro. O que custa muito dinheiro é depois dar cumprimento a isto. Quando é que vai ser? Quando é que começa a ser? Creio que pode ser por bocados, por prioridades, aceito isso e oxalá seja assim.*

*Portanto, e para terminar, acho bem. Vamos ver, e para quem gosta da Ria, a Ria antiga não é possível, lembro-me quando ia de mercantel ao rio doce, que era a zona onde o Rio Novo do Príncipe desemboca na Ria, comer peixe pescado e assado no sítio; só levamos sal para temperar; e o fundo da Ria era nacarado. Bem, já não há essa Ria! Talvez possa ser recuperada em parte, mas há outra Ria, mas qualquer dia não há é Ria nenhuma. E portanto, congratulo-me com o Plano que me parece bem e que tem aspectos de execução possível e imediata e é disciplinador. Podia ter sido menos ambicioso, estabelecer normas cogentes, mais singelas, não sei, o bom é inimigo do ótimo e vice-versa.*

*Um medida que me preocupa: esta entidade gestora da Ria? Bem, tem havido milhentos palpites, cada cabeça sua sentença, quem entenda que deve ser assim e assado e mais quê — vamos a ver, passa também por aí.*

*Congratulo-me e apoio, mas fico preocupado, ou melhor, fico mais preocupado quando as pessoas não pensam nos assuntos, não têm angústias, quando os enfrentam e ponderam e começam a ficar preocupados. E este Plano preocupa-me, para que não se recupere a sigla inicial do PIORA. Oxalá não piore! Ao menos que melhore qualquer coisa.”*

Vogal Jorge Afonso (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>225</sup>

*“Seria espectável o Executivo da Câmara Municipal, além do documento técnico de Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria, apresentasse a esta Assembleia um documento próprio, de estratégia política. Mas não! Limita-se à expectativa de mero assistente e traz-nos, aqui, algo só com interesse técnico e informativo. Os deputados desta Assembleia não são técnicos, são políticos e, como tal, têm a função de produzir, discutir e aprovar ou reprovar propostas e estratégias políticas.*

*E, por aquilo que me parece, já que este Executivo, não demonstra ter qualquer ideia sobre o assunto, vamos a algo que a todos interessa.*

*Quis a ordem natural das alterações geofísicas, presentear-nos com uma área lagunar imensa, formada pelo recuo do mar e pelo aluvião trazido, desde a Serra da Lapa, pelo vagaroso e pachorrento rio Vouga e seus afluentes, desaguando na Ria de Aveiro, concretamente, na Freguesia de Cacia.*

*Durante o período de formação da área lagunar, e mais recentemente, aquilo que é mais acertado dizer é que, o Homem não tem sabido lidar, convenientemente, com esta riquíssima dádiva, cometendo verdadeiros atentados, nomeadamente no cordão de dunas que separa a Ria do mar, no desleixo pelo ecossistema lagunar e, também, nas áreas envolventes da Ria desde Ovar a Mira, constituída por cerca de meia centena de Freguesias num total de mais de 300.000 habitantes e, uma área aproximada de 820 quilómetros quadrados tendo como expressão turística, mais visível, os barcos moliceiro e mercantel.*

*O sal, as salinas, perderam a visibilidade e vão desaparecendo da memória cultural, devido à inépcia da autarquia aveirense... não vale a pena desculpar quem se preocupa com obras*

*megalómanas, como um estádio de futebol, em detrimento da sua, natural, riqueza aquática e tudo aquilo que lhe está associado.*

*Por tudo isto, é bem-vinda a presente iniciativa, desde que seja levada a sério por todos os municípios envolvidos directa e indirectamente na recuperação e preservação deste bem patrimonial que, define sob variados aspectos culturais e sociológicos aquilo que, para mim, pode designar-se por autêntica, região da Rota da Luz.*

*A ideia, de candidatar a Ria de Aveiro, a Património Mundial, lançada pela candidatura da UDP à Câmara Municipal de Aveiro, em 1993, nunca teve acolhimento senão agora e por motivos que não é difícil observar.*

*Será que a criação do Gabinete de Gestão da Ria, vai salvaguardar a natureza da Ria e das áreas circundantes, como por exemplo, a Reserva de S. Jacinto e a extração do sal?*

*Não me parece, a julgar pelas intenções políticas do PS, PSD, de Ribau Esteves, Pedro Silva, e das entre linhas do presente estudo, relativamente ao projecto da Marina da Barra, chumbado pela administração central mas, recuperado pelo deputado Afonso Candal.*

*O referido Gabinete deve ser estruturado sob tutela do Ministério do Ambiente, com o importante acesso da envolvente, discussão pública, de forma a evitar as influências de estranhos interesses, relacionados com tudo aquilo que se tem visto na orla costeira.*

*O Bloco de Esquerda, em devida altura, apresentou um projecto-lei que, contempla a construção da Marina da Barra e infra-estruturas de apoio mas, sem a aberrante componente imobiliária prevista no projecto inicial*

*Daqui se depreende, facilmente, o cíclico interesse destes dois Partidos, no referido Gabinete, como forma de resolução de toda a problemática, quando aquilo que acontece é que a vossa necessidade de implementar o Gabinete, surge, sempre, na sequência da discussão de projectos de interesse imobiliário!*

*O Bloco de Esquerda pergunta se este gabinete, não servirá para contornar as questões relacionadas com os interesses estranhos à própria natureza da Ria, como é o caso da Marina da Barra.*

*O Bloco de Esquerda, está disponível para participar numa discussão séria, relativa à formação do Gabinete de Gestão da Ria, desde que não seja para servir os interesses imobiliários e propõe que a Ria seja considerada Reserva Natural.*

*Quem recusar esta proposta, vê-se bem de que lado está...*

*Temos a obrigação de todos preservar e desenvolver harmoniosamente este legado natural que herdamos e deixaremos aos vindouros.*

*Por isso pergunto:*

*Como vai ser, politicamente o Planeamento da RIA?*

*Como vamos encarar a obra do projecto da Marina da Barra?*

*O que vamos fazer com os recursos culturais e materiais da Ria?*

*O que vai ser feito para proteger o cordão de areia separador da Ria com o oceano?*

*Qual a estratégia da Câmara para a Ria?"*

Vogal Carlos Martins (CDS/PP) <sup>026</sup>

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) <sup>027</sup>

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>028</sup>

*“Muito obrigado senhor Presidente em exercício. Nós sobre esta questão e sobre a Ria de Aveiro, convém sempre lembrarmo-nos um bocado de como tem sido a história deste acidente natural que é disso que se trata e que nos dá a ideia de todas as transformações que têm existido e que estão susceptíveis de continuar a acontecer.*

*Transformações que têm acontecido de carácter natural. E lembramo-nos, inclusivamente, da grande potência da zona de Aveiro em tempos idos: o grande Porto que depois o deixou*

*de ser através do assoreamento sistemático da Barra; o fecho da Barra; e o definhamento da cidade de Aveiro até chegar a um ponto quase extremo. Até que por força de uma situação bizarra, a oposição dos Duques de Aveiro ao Marquês do Pombal, teve o benefício de poder na altura ser promovida a Cidade e ter o benefício também de ser mandada fazer a obra de abertura da Barra de Aveiro.*

*A partir dessa altura (e isto é muito recente), depois do terramoto de 1755, a partir dessa data nós temos visto um desenvolvimento bastante acentuado da zona de Aveiro.*

*Aveiro na altura teria uns seiscentos habitantes e hoje não é nada disso. A Ria de Aveiro é aberta através de um canal estreito que renova as correntes internas da laguna que então existia de uma laguna pestilenta. Este canal vai sendo alargado para cada vez mais a facilitar o tráfego dentro da laguna. O que aconteceu a partir daí (da abertura da Barra), foi a construção dos paredões, o aumento dos paredões, agora o novo molhe Norte que vai ser novamente aumentado para benefício do Porto de Aveiro. Mas toda esta situação e toda esta mudança que aqui não é mudança natural, é uma mudança do ser humano, tem provocado alterações de correntes que são determinantes na Ria de Aveiro.*

*Eu não sou técnico desta matéria, sou um curioso, e só por isso, eu estou a falar desta vertente que é importante para o que vou dizer a seguir nesta perspectiva. Este aumento das correntes, esta alteração das correntes, provocam situações que são preocupantes, até inclusivamente na orla costeira da parte do mar, fora da Barra de Aveiro, que provocaram por exemplo, no naufrago do ano passado, em que normalmente vinha a aparecer o corpo na zona sul da Barra, apareceu exactamente ao contrário, a Norte de S. Jacinto. Portanto isto são alterações de correntes provocadas pela entrada da Barra e não só, mas por outras situações extra Barra de Aveiro que provocam esta situação e depois alterações de correntes internas, que provocam caudais bastante profundos, em contrapartida com outros canais perfeitamente assoreados, são os derrubes dos muros da Ria, uma quantidade enorme de marinhas no fundo, uma paisagem perfeitamente desoladora que quem passa pela Ria e vê toda aquela amplidão de água, em zonas que anteriormente estavam perfeitamente delimitadas. Para além de todo os perigos que daí advêm para a navegação e para quem não conhece os circuitos navegáveis.*

*Esta situação aqui, que é a mais preocupante de todas e que com estas alterações dos caudais das correntes, vai originar alterações da própria Ria e do próprio acidente que era natural. Isto devia ter originado com que um organismo de gestão da Ria, estivesse a funcionar há muitíssimo tempo. Porque situações de alteração deviam estar perfeitamente estudadas e analisadas e controladas e foi o que não aconteceu. Adiou-se sistematicamente este organismo de gestão da Ria, ao ponto de inclusivamente aparecerem projectos que são perfeitamente errados para a Ria. É exemplo o projecto imobiliário que a “marina” incluía em si, com a ocupação dos próprios terrenos lagunares para a construção do edificado. Do edificado não, do possível, do presumível edificado. Toda esta situação e toda esta envolvente que exigem com que de facto a Ria seja permanentemente acompanhada e permanentemente controlada — e é este organismo de gestão da Ria que não foi criado.*

*Foi efectivamente anunciada a sua criação há cerca de uns seis meses, mas foi criada a sua formação com estudos que seriam no fundo estudos semelhantes ao que aqui nos é apresentado.*

*O estudo que se apresenta aqui parece-me, dentro daquilo que eu posso conhecer, não sou nenhum entendido nem nenhum técnico na matéria, parece-me ser cabal contemplar aspectos importantes da Ria. O aspecto natural; o aspecto económico da Ria que já foi importantíssimo, mas pode continuar a ser importante; o aspecto de conjunto da própria Ria em si como património nacional, com estas variantes, inclusivamente, mas mais importante que este estudo para os aveirenses, penso eu, é que haja entendimento e que não vamos agora ter mais um novo estudo, que por interesses políticos, pode eventualmente*

*contrariar este ou até pode nem contrariar este, ou pode anular este, ou pode não anular. Mas o que é fundamental nesta questão é que de facto haja entendimento e que o estudo definitivo e final seja apenas um. E que seja aquele que interessa efectivamente aos aveirenses. Por isso eu penso que nestas questões se “Maomé não vai à montanha, vem a montanha a Maomé.” Este estudo deve ser apresentado ao projecto que existe do organismo de gestão da ria, como um estudo já existente, porque (e volto a repetir para terminar) mais importante que a existência de dois estudos é a existência de um só, que de facto defenda e que seja discutido entre nós todos e que defenda os interesses da Ria. É só, muito obrigado.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [22](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Para dizer sumariamente duas coisas. Em primeiro lugar, considero que este documento não sendo um documento perfeito, é uma boa base de trabalho para se poder fazer alguma coisa finalmente pela Ria.*

*Está claro que não concordo com tudo aquilo que foi dito anteriormente. Mas gostaria apenas de realçar duas coisas: uma é o papel do Porto de Aveiro (no bem ou no mal que tem acontecido à Ria) e aí gostaria de dizer que no meu entendimento se não houvesse Porto de Aveiro, se ele não tivesse sido fixado onde foi fixado, se calhar neste momento não existia Aveiro tal e qual como é.*

*Não existiria certamente a Barra, a Costa Nova, e certamente a área do Furadouro — aquela zona do Furadouro até São Jacinto não existiria, estaria ligada à ria.*

*Há dois fenómenos efectivamente que provocam aquilo. Isto é, só a fixação da Barra há duzentos anos ali e todos os dinheiros que têm sido gastos para fixar essa Barra, é que permitiram ultrapassar a situação que se vivia, que era uma situação de progressiva atrofiação da Ria, com obviamente o cortejo de morte, miséria, paludismo, enfim, que provocou o abandono de Aveiro e das suas terras pelas pessoas.*

*Quando, poucos anos antes, a Barra estaria aproximadamente onde hoje é a avenida principal da Vagueira, foi aberto um regueirão na altura (que até se diz que foi aberto com o bico de uma bota, mas isso é um facto histórico). E para quem não sabe, todos os terrenos a Norte da Barra natural de Aveiro, pertenciam ao concelho de Ovar e em que se andava todos os meses com os barcos às costas, enfim, hoje estaria muito longe.*

*Está claro que também trouxe coisas más! Uma das coisas más que trouxe foi: mais marés; mais água a entrar; o fim do moliço que ao fim e ao cabo, é uma demonstração de que a Ria está menos atrofada do que já estive e obviamente a penetração da cunha salina por alguns terrenos do Baixo Vouga, onde anteriormente não chegava essa cunha salina, mas duzentos anos antes tinha chegado é bom que se entenda.*

*O mar costuma reclamar aquilo que é seu! E esperemos que em Aveiro à custa de tudo aquilo que tem sido feito ao longo dos anos impeça isso. É por isso que às vezes, por exemplo, todas as pessoas dizem que (e é bom que entendamos isso) o abandono das marinhas se deve ao aumento do nível das águas, ao aumento em altura do nível das águas das marés?! Eu lembro-me de começar a trabalhar há trinta e quatro anos à borda da água, exactamente encostado à Ria naquela avenida marginal da Gafanha, a Avenida dos Bacalhoeiros, como se chama, ainda hoje o nível das águas é (não ando lá a medir ao centímetro) aproximadamente aquilo que era há trinta e cinco anos. A água sobe a estrada na zona do Testa & Cunhas, precisamente aquilo que subia há trinta e cinco anos nas marés-cheias! Aqui subirá 20 centímetros, um palmo, uma mão-travessa, enfim depende da maré e depende também dos ventos. No entanto há um fenómeno que às vezes nós não pensamos, que é o fenómeno do abandono das marinhas — foi o fenómeno da mão-de-obra. Os moços das marinhas, o pessoal que vinha fazer as marinhas foi para a França. Os*

*marnotos de Calvão, Vagos, Tabuaço, toda essa gente que vinha por ai, enfim, à cata de ganhar no Verão com muito sacrifício os tostões, deixou de vir. Hoje não há “feira dos moços”. Não existe. E sem moços não há marinhas e não há recuperação das marinhas. Esse é o meu entendimento. Há muitas pessoas que dizem “não, são muito mais correntes”. Penso que não é por ai, talvez também, mas o fundamental foi o custo da mão-de-obra e o desaparecimento dessa mão-de-obra. Uma mão-de-obra difícil, um trabalho difícil, quase escravo, que efectivamente fez existirem as marinhas.*

*Um outro aspecto, no entanto, mais poderia ter sido feito pela Rã. E eu lembro-me que principalmente para Aveiro o projecto que tinha sido um projecto fundamental para a recuperação do sal aveirense da zona a Norte do Canal Central. Teria sido o “empedramento” em pedra à mão, de toda a margem que vai desde o esteiro de Bolhões até ao Monte de Farinha, passando pelo Sama e passando pelo Rebocho e passando pelo Espinheiro, etc.*

*Teria sido. Houve uma ocasião histórica para o fazer; não foi feita. Não custava assim tanto, não foi feita. Penso que hoje vai ser impossível recuperar aquela zona central que era muito importante recuperar. Lembro-me aqui de alguns esforços que foram feitos na altura por um membro desta Assembleia Municipal, que era o Prof. Britaldo Rodrigues, que estava envolvido de alguma forma com as marinhas numa determinada zona do Poço de Santiago — e muitos esforços fez para que isso acontecesse, enfim, não foi feito.*

*Uma outra coisa que eu gostava de falar e estou aqui a dar a minha opinião pessoal, e sei que ela é contestada, é a opinião acerca da Marina da Barra. Eu sempre defendi, contrariamente a outras pessoas, o projecto da Marina da Barra.*

*Penso ainda hoje que é um projecto fundamental, âncora, para todo o turismo. Turismo de alguma forma “abonado” que pode passar a visitar as nossas terras. Temos aqui algumas potencialidades, nomeadamente e vejam, vamos ter um golfe, temos outro golfe em Viseu, Ílhavo prepara-se para fazer alguma coisa, há uma série de empreendimentos turísticos — é preciso que os turistas venham. Alguns que possam por cá permanecerem, que são um determinado tipo de turistas que gastam cinco vezes mais do que os turistas normais, e a Marina é uma peça importante nisso. Se bem que também o Aeródromo de São Jacinto pode jogar nesse aspecto particular um papel também importante. Eu sei que não é popular falar da Marina da Barra, principalmente por causa da sua componente imobiliária. Mas é óbvio que só há duas maneiras para fazer a Marina: é o Estado pegar em vinte milhões de contos e fazer a Marina ou entregar a sua concessão a um privado, e o privado fazer essa Marina e durante um prazo de concessão, que é o que está previsto na Lei, e explorá-lo, e então passado esse tempo obviamente acabaria a concessão e seria entregue ao Estado.*

*Há pessoas que ainda não compreenderam que as participações privadas nos projectos, nos grandes projectos de investimento, podem ser importantes. Mas quanto à componente imobiliária eu digo só uma coisa: sempre disse e sempre foi o meu ponto de vista, aquilo envolve cinquenta e oito hectares, dos quais metade ficaria em água. Seria constituído o maior jardim contínuo da nossa região, três hectares. Não há aqui nesta zona um jardim com essa dimensão e muito menos na zona da Barra. E se nós estamos a pensar na zona nobre por excelência da cidade de Aveiro, estamos a falar do centro da cidade de Aveiro e comparada obviamente com a ocupação da Marina da Barra, eu gostaria que vocês comparassem. Aliás, a Marina da Barra com aquela componente imobiliária serviria para baixar fortemente a taxa de ocupação existente em todo o território da Barra. Eu sei que muita gente não gosta de ouvir isto, mas é verdade, são verdades e as verdades mais dia, menos dia são como o azeite, acabam por vir sempre ao cimo da água.*

*Este projecto como é óbvio, contempla tudo isso e espero que consiga. Não, obviamente, com financiamentos públicos para ser feita, porque a Marina da Barra não terá nunca, mas espero que consiga os financiamentos necessários para poder prosseguir. Eu lembro-me só*



*uma coisa, que este ano, como vocês sabem, a nossa zona mercê da comemoração dos “Duzentos Anos da Abertura da Barra” vai ser visitada por imensos veleiros, vários, uma quantidade nunca vista em Aveiro. Veleiros de grande porte, internacionais. E mercê da não existência dessa marina mais uma vez esses veleiros, vão andar por sítios esconsos e, nomeadamente, vão estar misturados com os navios de mercadorias que estão encostados nos outros cais do Porto de Aveiro. É bom que as pessoas se lembrem dessas coisas e espero que um dia essa obra venha a ser construída. Muito obrigado.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>030</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. Bom, eu acho que é necessário intervir na Ria. Mas eu prefiro que não se intervenha na Ria, a não ser que haja conhecimento e depois se aplique bem esse conhecimento para se fazer bem uma intervenção. Caso contrário, vamos esperar o tempo que seja necessário para que essa boa intervenção se faça. Mas penso que tecnicamente estamos em altura de poder dizer que já há conhecimento para juntarmos vontades para intervir na Ria.*

*Penso que este Plano poderá ser o início dessa boa intervenção que se deve fazer na Ria, para que a Ria seja realmente um usufruto de todos.*

*Agora há certos aspectos que gostaria aqui de levantar. Eu tenho sido a favor da marina da Barra, sim, em termos de concessão até acho. Mas agora fiquei assustado com o número que aqui foi dito de cinquenta e oito hectares?! É o tamanho da marina da Barra? Cinquenta e oito hectares é muito hectare! Cinquenta e oito hectares de construção, onde muita parte, muita parte, vai ser de construção tirada à Ria. Mesmo que seja metade de água, quer dizer que trinta hectares são de edificado. Metade de cinquenta e oito dá vinte e nove, trinta — trinta hectares é muito hectare tirados à Ria! Começo a pensar realmente se é um projecto que realmente nós queremos. Porque em termos de concessão, por aquilo que tenho visto e lembro-me que numas Feiras de Março, já aqui há uns tempos, deixaram lá uma maqueta, eu estar a olhar para a maqueta, mas realmente não me tinha apercebido da quantidade de hectares que a marina da Barra realmente vai ocupar.*

*Parece que realmente nos faltou para além da maqueta ver se calhar, ter uma visão de conjunto, de olharmos para aquilo que já é o edificado da Barra, para aquilo que é a largura da Ria e ver a área que realmente a marina vai ocupar. Porque me parece então por aquilo que foi dito é que realmente vai ficar em termos de água, em termos de Canal, um Canal muito estreitinho. E isto faz-me pensar numa outra reflexão que é quando estreitamos alguns canais, ou como aquilo que tem estado a acontecer, dragamos os fundos da Ria para por exemplo permitir que barcos de um porte mais elevado possam atracar também no Porto de Aveiro, aquilo que nós estamos a fazer é aumentar os fluxos das marés. Aumentando os fluxos de maré, quer dizer que a água vai fluir com muito mais velocidade, a água vai chegar muito mais longe, muito mais ao interior (água salgada) do que aquilo que tem chegado nos últimos anos, e isso parece-me que também é um outro factor a ter em conta. Eu não sei, parece-me que este estudo fala de diques, não sei se fala de diques no sentido em que devia falar, no sentido de prevenir que a água salgada, devido a este conjunto de intervenções possam alargar e se calhar aí irremediavelmente a agricultura sustentável do Baixo Vouga desaparece.*

*Há um projecto muito antigo que me parece que tem estado a ser abandonado ou que foi abandonado, que é de realmente haver um dique que pudesse impedir que as águas salgadas pudessem chegar a esses terrenos férteis. Lembro-me que em tempos se falou numa estrada Aveiro/Murtosa, eu continuo a achar que nos tempos de hoje nós poderíamos ter soluções técnicas, soluções ambientalmente sustentáveis, para podermos aproximar a Murtosa de Aveiro e também aproximar Aveiro da Murtosa. E o mesmo (e aqui já foi*



*invocado o Prof. Britaldo) e quando o Prof. Britaldo fez propostas de podermos intervir na Ria, geologicamente, de uma maneira sustentada, e defendeu também uma ponte para São Jacinto e uma estrada para São Jacinto, fê-lo também em nome do PSD. E eu gostaria aqui de invocar também esses estudos que ele fez nessa altura e que eles não se perdessem porque eu acho que também era importante que esses estudos, de pensarmos também em aproximar não só através do ferry-boat, mas também através de uma ponte ou através de um conjunto de arruamentos que pudessem aproximar os aveirenses da Ria — que também podem ser ambientalmente sustentáveis, pudessem ser uma realidade. E por isso, gostaria que estas ideias que foram sendo trazidas ao longo do tempo aos aveirenses e que se foram falando, não fossem perdidas e pudessem também ser enquadradas neste estudo e que no futuro pudessem ser uma realidade. Neste caso, nomeadamente, a aproximação da Murtosa, aproximação de São Jacinto, e impedir que as águas salgadas pudessem cada vez mais ir para o interior da Ria e pudessem irremediavelmente estragar um bem que é muito importante que é a agricultura no Baixo Vouga. Muito obrigado.”*

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>031</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>032</sup>

Vogal Diogo Machado (CDS/PP) <sup>033</sup>

Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos <sup>034</sup>

Presidente da Mesa <sup>035</sup>

**Não sendo susceptível de votação, o Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro – Unir@Ria, foi apreciado pelo plenário.**

**PONTO 7. – CIRCULAR POENTE À CIDADE DE ÍLHAVO – VARIANTE NORTE DE LIGAÇÃO AO CONCELHO DE AVEIRO (2.ª FASE) – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 11/02/2008, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

O Presidente da Câmara delegou no Vereador Pedro Ferreira a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira <sup>036</sup>

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa <sup>037</sup>

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>038</sup>

*“Para que possa ser implementada a circular à cidade de Ílhavo/variante Norte, de ligação ao concelho de Aveiro é necessário que Aveiro dê o seu aval e portanto, reconheça o interesse público da ocupação da área incluída em Reserva Ecológica Nacional e em Reserva Agrícola Nacional.*

*A Estrada Nacional 109 há muito se encontra saturada e, por isso, o município vizinho ponderou bem as necessárias alternativas viárias, traçando circulações externas ao núcleo urbano. Essas circulares à cidade de Ílhavo encontram-se traçadas há já vários anos no Plano Director Municipal de Ílhavo, pelo que a sua efectiva implementação consubstancia um interesse legítimo para esse Município.*

*A proposta enquadra-se no regime de excepções previsto nos respectivos regimes jurídicos da REN e da RAN, pelo que não nos resta outra alternativa que não seja reconhecer o interesse público da intervenção.*

*Teremos contudo de alertar este executivo para duas breves notas que consideramos importantes:*

*A primeira parece-nos que esta proposta serve bem Ílhavo, porque efectivamente consegue desviar parte do trânsito no troço da EN 109 (via municipalizada em Ílhavo). Contudo, tal significa que esse trânsito irá confluir novamente na EN 109, já no lado de Aveiro, numa zona já conflituosa (perto do Bota Fogo). Acresce a esta primeira preocupação a perspectiva do sistema viário de Ílhavo apontar, para essa mesma zona de confluência, outra via de cintura que fecha o círculo viário no sector Nascente – Sul de Ílhavo (Ribas – Léguas – Soalhal/Ermida). Tal significará um estrangulamento, um funil, cuja parte comprimida se situará no sector entre o Lidl e o Bota Fogo. Porque o perfil da Estrada Nacional não comporta tal congestionamento acrescido, importará ponderar, em sede de revisão do PDM de Aveiro, a melhor forma de criar alternativas à EN 109. Não poderemos, naturalmente, pensar que a via panorâmica que ligará à Rua da Pega será alternativa, atendendo às características intrínsecas de passeio e de contemplação e nunca de trânsito intenso.*

*A segunda preocupação e última prende-se com eventual impacto paisagístico que o viaduto a construir poderá revelar se não houver um acompanhamento cuidado do projecto. Esta referência deve-se ao facto de haver uma diferença de cotas substancial entre a zona da Coutada (do lado de Ílhavo), a linha de água e a chegada do lado de Aveiro perto da do Lidl. Acresce que o atravessamento da linha de água terá de garantir a capacidade de vazão das passagens hidráulicas para o caudal de cheia, ou seja a uma cota relativamente elevada em relação a essa.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) <sup>020</sup>

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>040</sup>

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>041</sup>

*“Boa noite a todos. De facto acho importante que esta estrada seja feita e que se encontrem alternativas de ligação a Ílhavo. No entanto tenho as minhas dúvidas. E as minhas dúvidas prendem-se, nomeadamente, com bifurcação que vai ser criada junto ao Lidl.*

*Eu julgo que melhorando as estradas que vem de Ílhavo, porque a probabilidade de tráfego é ser maior. E sendo assim, o congestionamento de tráfego na parte relativa ao concelho de Aveiro será também maior. Não me parece de facto que esta marginal seja um bom escoadouro deste trânsito e também quando é que ela será feira; o problema é esse.*

*Outra questão é se irá ser de duas vias ou de uma via para cada lado? Eram estas duas questões que eu queria colocar. Obrigado.”*

Vogal António Rodrigues (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>042</sup>

*“Nós dependemos algum tempo a andar pelo mundo fora e seguimos de facto todas as rodovias. E entendemos efectivamente que isto constitui um melhoramento e um melhoramento absoluto de facto para o concelho de Ílhavo. Uma circular que possa*

*porventura servir Aveiro e Ílhavo não pode cair (quero eu crer) num entupimento absoluto que vai produzir na 109, e por aí fora. Não pode! Ou não deve! Poder pode ser, pelos vistos, de acordo com a ideia, porque estas pequenas coisas são aquilo que nos fazem crer que esta é a ideia de cidade que o Sr. Presidente da Câmara se recusa insistentemente a dizer qual é. Porque de facto, se nós não resolvermos de modo claro e correcto, de forma que sirva, porque se trata de um plano intermunicipal, que sirva de facto o concelho de Aveiro e os seus constrangimentos e possa servir o concelho de Ílhavo — se só resolve o concelho de Ílhavo, quero crer Senhor Presidente, que teremos que repensar o traçado. Porque não a via panorâmica sobre o Lago do Paraíso e encontrar novas vias, novos acessos para a cidade, sem conflituar, sem estrangular a 109 naquele ponto da cidade. Porquê na zona Sul e não na zona Oeste?”*

Vogal António Mario Neto (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>043</sup>

*“Obrigado Senhora Presidente. É um pouco no seguimento da intervenção do Arquitecto Paulo Anes, que eu realmente acho que a Câmara Municipal de Aveiro terá de se preocupar com o facto do acréscimo de trânsito dessa via circular a Ílhavo e que desemboca na N109 na zona de Verdemilho. Portanto eu acho que seria muito importante avançarem com a rotunda do Botafogo e eventualmente com a construção da Avenida do Crasto que está prevista até à Rua da Pega. E eventualmente se poderia pensar também nessa rotunda que vai existir na N109 em Verdemilho, fazer um traçado que engate directamente na rua do Crasto. Penso que só dessa maneira iria aliviar o trânsito nessa zona de Verdemilho e por aí à frente até Aveiro. Tenho dito.”*

Vogal António Regala (PCP) <sup>044</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) <sup>045</sup>

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) <sup>046</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>047</sup>

Vogal Diogo Machado (CDS/PP) <sup>048</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>049</sup>

(Saiu da sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira)

Vogal Jorge Afonso (BE) <sup>050</sup>

#### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira <sup>051</sup>

#### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa <sup>052</sup>

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>053</sup>

Vogal António Rodrigues (PS) <sup>054</sup>

**De seguida, a Presidente da Mesa<sup>055</sup>, colocou à votação o ponto n.º 7 - Circular Poente à Cidade de Ílhavo/Variante Norte, de Ligação ao Concelho de Aveiro (2.ª fase) – Reconhecimento de interesse público – Discussão e Votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com trinta e oito votos a favor (18PSD+7CDS+12PS+1PCP), e uma abstenção (1BE).**

Não houve declarações de voto.

## **PONTO 8. – SÍNTESE DA ACTIVIDADE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO EM 2007.**

(A [documentação](#) sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

Presidente da Mesa <sup>056</sup>

*“A Mesa fez circular pelos Senhores Deputados o documento que já o terão lido e eventualmente ponderado.*

*A Mesa tem a destacar a realização de 25 reuniões durante o ano de 2007, três das quais foram extraordinárias. Este documento de Síntese que foi elaborado com muito zelo e brio, pelas nossas assessorias de apoio, justifica que neste momento e a propósito da discussão desta Síntese do trabalho desenvolvidos pela Assembleia Municipal de Aveiro, se digam duas palavras a respeito dos funcionários que nos ajudam neste nosso trabalho enquanto representantes dos aveirenses.*

*Por isso, a Mesa não poderá deixar passar este momento, para destacar e agradecer o trabalho do Manuel Cartaxo, também do Artur e também da Filomena Perfeito, que conhecemos menos porque não está connosco nestas sessões nocturnas, mas para lhes agradecer e destacar o trabalho brioso e empenhado, e agradecer esse empenhamento e esse trabalho.*

*A Mesa tentou ser justa na avaliação que fez destes dois funcionários e agradece em nome, possivelmente sem procuração, mas também está convencida a Mesa, de todos os senhores deputados, pelo trabalho que tem vindo a ser feito com muito garbo e muita competência, pelo Senhor Manuel Cartaxo e pelo Artur Salvador.”*

(Reentrou na sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira)

Vogal Carlos Candal (PS) <sup>057</sup>

*“Para que não se perca a história das instituições, era eu Presidente da Assembleia, quando foi fabricada a primeira Síntese. Mas não tive mérito próprio nenhum porque foi uma sugestão do Senhor Cartaxo. Limitei-me a achar bem e a dar luz verde para que isso sucedesse.*

*O formato tem variado; tem melhorado. Embora agora esta Síntese das intervenções - que foi reclamada por vários deputados, não me parece que tenha qualquer...(deve ter dado muitíssimo trabalho) não me parece que tenha qualquer interesse; francamente não me parece.*

*Mas houve quem quisesse isso.*

*Agora, também é exacto que isto é um relato objectivo. Não podia o Sr. Cartaxo, dizer por exemplo, não lhe ficava bem, até porque o Sr. Cartaxo é um homem muito especial: trabalhei com ele durante oito anos e nunca percebi se ele era contra ou a favor do poder socialista do município. É verdade! Pareceu-me sempre uma pessoa correcta e colaborante e disponível; o que é o essencial. Mas eu também nunca procurei e sou um bom técnico de sondagens políticas, e há umas perguntas chave nos testes psicanalíticos em que a resposta mostra o que é que o analisado está a pensar, mas eu nunca fiz isso, não me interessava, e funcionou sempre bem.*

*Mas podia haver aqui um rodapé, um anexo, valorativo; por exemplo podia dizer assim: “as forças da oposição na Assembleia estão a funcionar melhor do que funcionou a oposição no anterior mandato”; era uma coisa legítima.*

*Também podia dizer que surpreendeu a preocupação da Presidente, da celeridade da Presidente da Assembleia que cedo se mostrou que não funcionava. A Assembleia Municipal de Aveiro leva na discussão o tempo que for preciso. É assim! E V/ Exa. já percebeu isso e*

*bem, porque estamos muito mais descontraídos desde que se apercebeu disso, do que ao princípio quando estava convencida que ia aviar uma agenda toda em duas reuniões. Depois percebeu que não era pensável. Mas tem funcionado e já estamos mais à vontade e o clima já é outro felizmente. O que não retira as minhas reservas quanto ao facto de V/ Exa. ser uma personagem política distintíssima, mas que nunca devia ter sido, nem continuar a ser Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, como é evidente — “vá presidir lá para a sua terra”.*”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>058</sup>

*“Nesta altura em que apreciamos estes relatórios anuais, assim como o Dr. Candal refere todos os anos que não sabe qual a filiação partidária do Sr. Cartaxo, cumpre-me também manter o ritual que é de toda a justiça, de saudar e louvar os Serviços do Gabinete de Apoio desta Assembleia Municipal. Realmente temos muita sorte pelos Serviços de Apoio que temos, pelo Sr. Cartaxo - principalmente o Sr. Cartaxo, também pelo Sr. Artur, e também pela outra senhora que nós não a vemos tantas vezes, mas que também já há alguns anos faz apoio a esta Assembleia Municipal.*

*É por isso um luxo que nós devemos continuar a manter e gostaríamos de manter — porque é bom para estes nossos trabalhos que assim possa acontecer.*

*O número de reuniões que nós realizamos em 2007, traduzido em horas, significa mais de 20% do que aquilo que se tem realizado nos últimos anos. Quer dizer que temos dedicado mais tempo a esta causa aveirense: 105 horas em 2007; 85 horas em 2006; 37 horas em 2005 (foi só até Outubro, porque o mandato acabou mais cedo), e depois 83 horas em 2004 e 2003. De maneira que 2007, foi realmente um ano em que passámos muitas horas nesta Assembleia Municipal a debater os assuntos do município, e ainda bem que assim é. Só não conseguimos ultrapassar as 124 horas de 2002. E este foi o último registo no que diz respeito a horas, porque nos relatórios anteriores só se dava o número de reuniões e não número de horas. Mas acho que esta valorização ou esta numeração de quantificação das horas, acho que é um dado também importante que venha neste relatório e ainda bem que os Serviços o incluem.*

*Gostaria também de realçar um outro aspecto positivo. Gostaria de realçar quatro membros desta Assembleia que são os meus companheiros Rocha Almeida, Alexandre Caeiro, Fernando Marques (filho) e Fernando Marques (pai), porque foram os únicos quatro que estiveram presentes em todas as 25 reuniões que nós realizamos.*

*E agora um aspecto não tão positivo e que tem a ver com as representações desta Assembleia Municipal. Esta Assembleia Municipal elegeu alguns dos seus membros para serem representantes em outras instituições ou em grupos de trabalho. Por exemplo, na Assembleia Distrital de Aveiro o Sr. João Barbosa diz que foi convocado para “uma reunião da Assembleia Distrital, e a qual não se realizou por falta de quórum”; o que é preocupante que um órgão como a Assembleia Distrital não reúna exactamente por este motivo - “falta de quórum”, e foi a única reunião que se realizou durante esse ano.*

*Acho que também a Assembleia Municipal de Aveiro aparentemente parece estar em falta no que diz respeito ao Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna do Concelho de Aveiro. Tendo nós eleito um representante, que infelizmente faleceu, o Sr. Arede, não foi eleito mais nenhum representante desta Assembleia para esse conselho. Bem, ou é importante que a Assembleia esteja no Conselho Cinegético ou se realmente se não é importante então digamos que não é importante e não elejamos nenhum representante e digamos assim: não queremos fazer parte, não queremos mais! Parece que se calhar não é esse o caso.*

*Outros dois órgãos que também não reuniram durante o ano, já falámos deles, mas recordo também que é a Comissão Concelhia de Saúde de Aveiro e o Conselho Consultivo do*

*Hospital Infante D. Pedro; também o Conselho Geral da EMA, segundo o relatório do nosso representante, diz que não houve qualquer contacto oficial com vista à tomada de posse do Conselho Geral da EMA. Bom, então para que é que nós andamos a eleger as pessoas se realmente os órgãos não reúnem? Mas há mais, há também o Conselho Consultivo da TEMA, que é o Teatro Aveirense que também, volvido quase um ano sobre a data da tomada de posse, ou da eleição, o referido Conselho Consultivo não foi instituído, - diz o nosso representante, Paulo Anes.*

*Por último gostaria de referir a Comissão de Protecção de Menores, e que diz o seguinte: - nós elegemos quatro pessoas; destas quatro pessoas que elegemos, há uma que nos manda um relatório a dizer quais foram as suas actividades, que é nossa representante Ivone Abreu Lopes, e só gostaria de referir que há uma nossa representante, Rosa Maria Simões Correia Gadanho que das quatro reuniões não esteve presente em nenhuma!*

*Também é um factor a ter em conta, porque afinal nós elegemos as pessoas, e aqui a falta não é uma falta das Comissões que não reúnem, mas sim os nossos representantes que não vão às reuniões, e também temos que exigir responsabilidades às pessoas que estamos a eleger.”*

Vogal António Regala (PCP) <sup>455</sup>

*“Eu vou ser muito rápido, porque no fundamental é para fazer uma apreciação bastante positiva a esta Síntese. E nesse sentido louvar os funcionários da Câmara Municipal de Aveiro que estão a apoiar esta Assembleia Municipal, pelo trabalho meritório que têm tido, que de facto nota um desenvolvimento bastante cabal e correcto de toda a Assembleia, ao ponto de (e era esta a questão que denota a qualidade do trabalho em si), o próprio resumo das intervenções dos membros desta Assembleia, ser apresentado, quase que diria, fundamentalmente até, o resumo das intervenções na ordem do dia (será com certeza o mais difícil), mas esse resumo é apresentado quase que sem “traições” àquilo que foi dito pelos elementos desta Assembleia.”*

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>456</sup>

*“Duas palavras iniciais obviamente para me dirigir num especial cumprimento e grande abraço ao meu colega Diogo Machado pelo seu regresso. E uma segunda palavra, obviamente que se impõe, também para desde já fazer notar o mérito, o brio, e obviamente aquilo que tem sido o comportamento diligente de duas pessoas que obviamente têm contribuído para que não só este documento que é a Síntese de um laborioso ano de trabalho deste órgão, mas também daquilo que constitui de facto os longos, mas sempre profícuos trabalhos desta casa.*

*Um bem-haja quer ao Sr. Cartaxo, quer ao Sr. Artur pela forma exímia como têm de facto coadjuvado a todos nós, nesta missão que é de interesse público e por isso mesmo aqui deixo este cumprimento especial.*

*A propósito da síntese da Assembleia Municipal e porque há pouco também foi referida esta questão, eu gostaria de frisar que na página sete, se faz alusão de facto ao resumo da actividade dos representantes da Assembleia nas Comissões.*

*Foi aqui frisado de facto a Comissão e neste caso o Conselho Consultivo do Hospital de Aveiro do qual eu faço parte, e fui eleito no pretérito dia 21 de Novembro de 2005. Obviamente como representante desta Assembleia ficaria mal com a minha consciência se deixasse de tecer algumas considerações sobre este órgão e daquilo que se passa com o seu funcionamento.*

*Como é sabido o Conselho Consultivo do Hospital Infante D. Pedro é um órgão que estabelece a ligação entre o Hospital e a comunidade aveirense. E ele serve basicamente para apreciar planos de actividade e financeiros de natureza anual e plurianual, relatórios e*



contas, informações que são necessárias para o acompanhamento do Hospital, mas também para emitir recomendações, tendo em vista o melhor funcionamento dos Serviços a prestar à população — obviamente tendo em conta os recursos disponíveis.

Porém, e para espanto meu, porque pude colher essa informação acerca precisamente do porquê deste órgão nunca ter reunido, e para espanto meu, até hoje, quer o Sr. Presidente, quer os Srs. Vogais nunca foram objecto de qualquer designação pelo Ministério da Saúde.

Ora bem, se tivermos presente os infelizes acontecimentos que se sucederam no início deste ano que vitimaram a vida de vários utentes, e obviamente que até levaram à instauração dos competentes inquéritos internos, e com a tutela também da própria Inspeção Geral da Saúde, julgamos que permitir o normal funcionamento deste importante órgão do Hospital de Aveiro é um dever básico e elementar que já devia ter sido assumido, não só pelo ministro demissionário Correia de Campos, como também da actual Ministra da Saúde.

Nem mesmo a gravidade destes acontecimentos que há pouco relatei, que foram vividos também no serviço de urgências, levaram qualquer um destes ministros a ponderar legítimos interesses dos milhares de utentes do Hospital de Aveiro e obviamente as suas famílias, e para nós constituem fundamento bastante para que o Conselho Consultivo pudesse tomar posse e reunir dentro das suas competências.

Sendo certo que já decorreram mais de dois anos sobre a minha eleição como representante, e sem que tivéssemos alguma vez sido formalmente convocados para tomar posse ou para comparecer em qualquer uma das suas reuniões ordinárias, tal como preceitua a lei, venho pela presente e nessa qualidade, requerer à Mesa que se digne solicitar junto da Ministra da Saúde, os competentes esclarecimentos acerca da falta de designação quer do Presidente, quer dos Vogais do Conselho Consultivo do Hospital de Aveiro, quer da falta das convocatórias e da não realização de qualquer reunião ordinária desse órgão pelo menos, e naquilo que me diz respeito, pelo menos desde 21 de Novembro de 2005, que foi a data de eleição da minha pessoa para o referido cargo.

Deixo aqui de facto este requerimento a fim de que de uma vez por todas se assumam a responsabilidade política pelo não funcionamento deste órgão e obviamente, que também se assumam de uma vez por todas a não nomeação e a não designação, acabam por não legitimar obviamente e nem dar sentido a este tipo de órgãos, esvaziando-os do seu conteúdo.”

Vogal António Rodrigues (PS) <sup>061</sup>

Vogal Miguel Soares e Fernandes (CDS/PP) <sup>062</sup>

Presidente da Mesa <sup>063</sup>

“Agradeço que faça chegar à Mesa esse requerimento, porque a Mesa vai dar seguimento ao pedido feito nesse requerimento, e vai questionar a Senhora Ministra da Saúde sobre os motivos pelos quais, não foram ainda nomeados os elementos para o Conselho Consultivo do Hospital Infante D. Pedro em Aveiro.

Nós levamos a sério e muito bem as nossas representações enquanto elementos desta Assembleia, representantes dos aveirenses, também exigimos que as outras entidades levem a sério estas missões e pelo menos que façam o mínimo, ou seja, nomear para os órgãos as pessoas de maneira a que as pessoas possam desenvolver as competências que lhe estão adjudicadas por lei.

Por isso, a Mesa fará exactamente como é requerido no texto do requerimento apresentado, pelo Senhor Deputado Miguel Fernandes.”



Não se verificando mais intervenções a Presidente da Mesa<sup>66</sup>, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando a Presidente da Mesa deu por encerrada a quarta reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 17 de Março (2.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 00:30 horas do dia 15 de Março de 2008.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)